



CNE prepara-se para as próximas eleições

A Comissão Nacional de Eleições começa a montar, em parceria com a DGAE e o outros organismos nacionais, a máquina para as eleições de 2006, cujo orçamento está estimado em cerca de 300 mil contos. Além de anunciar o arranque, desde o dia 1, da actualização do recenseamento eleitoral no estrangeiro, o presidente da CNE avança que vem mantendo contactos de trabalho com dirigentes dos principais partidos políticos para os informar sobre o andamento do processo. Bartolomeu Varela avisa, porém, que a dificuldade maior por que passa a instituição a que preside tem a ver com a carência de recursos financeiros para custear as actividades mais imediatas da comissão, motivo por que espera das autoridades centrais o desbloqueamento de uma parte das verbas orçamentadas para o efeito.

Reforço de verbas precisa-se

A cidade da Praia está já a trabalhar na montagem da máquina para as próximas eleições legislativas e presidenciais, que acontecerão a partir de Janeiro de 2006 em Cabo Verde. O orçamento para estes actos está estimado, segundo avançou o ministro da Administração Interna, em cerca de 300 mil contos. Paralelamente à participação do tesouro público, o montante em causa será mobilizado junto da cooperação internacional, tendo PNUD já desembolsado, no passado dia 6, uma ajuda no valor de 150 mil dólares.

Só a Comissão Nacional das Eleições prevê, conforme o seu presidente, uma verba de cerca de 76 mil contos para realizar as suas actividades, isso quando apenas 25 mil contos constam do OGE para 2005. “Esta verba de 25 mil contos só dá para o funcionamento da Comissão Nacional de Eleições e para pagar metade dos 18 mil contos de dívidas da CNE, resultantes das despesas que efectuou durante as últimas eleições presidenciais de 2001”.

Bartolomeu Varela faz questão de realçar que a CNE carece, neste momento, de recursos para o seu funcionamento, motivo por que apela às autoridades centrais diligências no sentido de mandarem desbloquear uma parte das verbas da comissão para custear a realização de algumas das suas atribuições mais imediatas. “Enfrentamos neste momento uma carência de recursos financeiros. A CNE deve ser dotada de recursos para poder cumprir cabalmente o papel para o qual foi criada. Trata-se de uma necessidade urgente, porque temos atribuições impostas pela lei a serem realizadas, nomeadamente deslocações ao estrangeiro para acompanhar o processo de actualização do recenseamento eleitoral que arrancou desde o dia 1 deste mês. Temos ainda que fazer a reconstituição das Comissões de Recenseamento Eleitoral nas diferentes ilhas e formar

as pessoas que vão trabalhar nos próximos actos eleitorais”.

O entrevistado de **A Semana** espera, no entanto, ver esse problema resolvido muito brevemente. “Das diligências que realizamos junto dos vários órgãos de soberania e outras instituições, nomeadamente junto do chefe do governo e do ministro da Administração Interna, obtivemos garantias que a CNE vai ter as verbas necessárias para custear todas as actividades previstas no âmbito da preparação e realização das próximas eleições em Cabo Verde”.

CARTÃO E RECENSEAMENTO

Paralelamente a isto, Varela pede “serenidade” às forças políticas envolvidas na preparação dos próximos actos eleitorais, pois faltam ainda 10 meses para as eleições e a CNE está em condições de cumprir, com lisura, transparência e isenção, a missão que lhe foi confiada. “Em vez de haver ataques de quem fez ou deixou de fazer fraudes, os partidos políticos deveriam colaborar com a CNE na luta anti-fraude”.

O presidente da CNE elucida que o controlo à lisura dessas eleições deverá começar, desde já, pela participação das forças políticas nas diferentes reuniões da Comissão Nacional das Eleições, no controlo do processo de recenseamento e ir até à fiscalização dos actos eleitorais, nomeadamente através da presença dos seus representantes nos organismos concelhios de apuramento eleitoral e nas assembleias de voto.

A CNE enfrenta, no entanto, dificuldades na emissão do Cartão de Eleitor. Por isso, está à procura, de acordo com o seu presidente, de uma saída para os cerca de 150 mil cartões anteriormente emitidos, contendo a assinatura de Adriano Freire, o antigo presidente da Comissão. Bartolomeu Vare-

la perspectiva que a solução do problema poderá passar pela adopção de uma das seguintes medidas: aprovação de uma norma transitória que pudesse autorizar a utilização de tais documentos; disponibilização de uma verba de cerca de 40 mil contos para custear a substituição desses cartões ou uma nova campanha de emissão grátis do Bilhete de Identidade, com o qual qualquer cidadão poderá votar. “Tudo aponta que o governo vá inclinar-se para esta última alternativa, uma vez que a revisão do Código Eleitoral que estava prevista para acontecer na sessão deste mês da AN foi adiada ‘sine die’”.

Apesar de discordar da forma centralizada como se processa actualmente a feitura dos cartões de eleitor, o presidente da Comissão Eleitoral reconhece que esta é uma realidade imposta pelos limitados recursos existentes no país. É que, conforme ele, é a Direcção-Geral de Apoio ao Processo Eleitoral (DGAE) a editar todos os cartões de eleitor, através das duas máquinas de impressão que possui. Isto com base nos dados fornecidos pelas Comissões de Recenseamento Eleitoral em cada concelho, entidades que têm a competência legal para emitir tais documentos. “Não é uma tarefa fácil. As CRE nos diferentes concelhos não têm condições, em termos de equipamentos e recursos financeiros, para emitirem o Cartão de Eleitor. Remetem, por isso, todos os dados dos recenseados à DGAE, que edita depois os respectivos cartões. Tais documentos são validados com a assinatura do presidente da CNE e devolvidos às CRE para efeito de distribuição, depois de estas confirmarem que todos eles se encontram em conformidade com os dados dos cadernos de recenseamento”.

Bartolomeu Varela assevera entretanto que os outros constrangimentos, não menos graves, que existiam a nível da Comissão Nacional de Eleições foram já ultrapassados. São os casos

de quem deve divulgar os resultados eleitorais e publicar os cadernos de recenseamento, competências cometidas somente à CNE e à Comissão de Recenseamento Eleitoral, respectivamente. Isto sem contar com a natureza oficiosa do recenseamento eleitoral, em que se dispensa a obrigatoriedade de o cidadão exibir documentos de identificação durante o acto da sua inscrição, conforme ordena o Supremo Tribunal da Justiça num dos seus Acórdãos sobre a matéria.

Bartolomeu Varela anuncia que vem mantendo contactos de trabalho com líderes dos principais partidos políticos, no sentido de os informar sobre o funcionamento da Comissão Nacional de Eleições. E realça que a prioridade do momento da Comissão prende-se com a actualização do recenseamento eleitoral no estrangeiro, em ralação ao qual disse esperar o engajamento de todos os cabo-verdianos na diáspora e dos partidos políticos. Esta actividade arrancou desde o dia 1 e prolongar-se-á até o final de Junho próximo. O mesmo processo será executado, a nível do país, a partir de Junho, prolongando-se até Setembro deste ano. A DGAE dispõe de uma verba de pouco mais de 45 mil contos para custear tais operações e pagar as dívidas dos trabalhos anteriores efectuados, estando por liquidar apenas as despesas realizadas em Angola.

Com base nos dados da CNE, nas últimas eleições efectuadas em Cabo Verde participaram 278.020 eleitores residentes e outros 33.999 no estrangeiro. Destes, a maior parte reside em Portugal (11.660), nos EUA (7.005), em França (3.151), em S.Tomé e Príncipe (2.457) e em Angola (2.139). Trata-se de uma cifra insignificante de recenseados, sobretudo se for comparada com os números que apontam mais de 500 mil emigrantes cabo-verdianos espalhados pelo mundo.

Alfrio Dias de Pina

Aristides Lima não apoia "Filú"

O presidente da Assembleia Nacional, Aristides Lima, nega ter assumido o compromisso de apoiar a eventual candidatura do edil da Praia, Felisberto Vieira, às presidenciais de 2006, como noticiou este jornal na sua edição da semana passada. A reacção de Lima, que é visto como um dos candidatáveis da área tambarina a PR, faz antever o quão difícil será para o PAICV encontrar uma figura de consenso na corrida ao Palácio do Plateau. A polémica que cedo se instalou no seio da família paicvista está a provocar um novo baralhar das cartas nas hostes do partido do governo, a ponto de uma eventual recandidatura de Pedro Pires à chefia do Estado estar a ser encarada como um dos possíveis cenários.

A escolha de uma personalidade da família tambarina para as presidenciais de 2006 não se anuncia muito pacífica. Aos nomes de Manuel Inocência Sousa e Silvino da Luz, já anunciados por este jornal como eventuais candidatos à corrida presidencial, veio juntar-se, na semana passada, o de Felisberto Vieira que, segundo uma fonte muito próxima do actual presidente da Câmara da Praia, teria entre os seus já muito apoiantes o Presidente da Assembleia Nacional, Aristides Lima. Mas eis que mal o jornal sai à rua cai na nossa Redacção uma reacção indignada do gabinete de imprensa de Aristides Lima à notícia que dá como certo o seu apoio ao Filú. Lima chega mesmo a considerar que se fez "uma utilização abusiva" do seu nome.

Aristides afirma categoricamente que "em nenhum momento assegurou apoio a qualquer cidadão com pretensões de se candidatar às Presidenciais de 2006". Por outro lado, considera que "a citação da (sua)

persona no contexto em que foi feita corresponde a uma utilização abusiva do (seu) nome".

A **Semana** conseguiu confirmar um encontro entre Felisberto Vieira e Aristides Lima no qual discutiram o "dossier" presidencial, mas consta que este não garantiu nenhum apoio àquele, contrariamente ao que garantiu a nossa fonte, muito próxima do actual presidente de Câmara da Praia. A notícia provocou algum mal-estar em alguns sectores tambarinas, sobretudo junto daqueles que vêem Aristides Lima como um dos candidatáveis da área do PAICV à chefia do Estado de Cabo Verde.

E o facto de Aristides Raimundo Lima vir a público negar qualquer apoio "a qualquer cidadão com pretensões de se candidatar às presidenciais de 2006", é visto por observadores atentos como um sinal de que o actual presindete da AN não se considera fora da corrida. Na óptica destes observadores prevendo essa hipótese, Filú ou os seus apoiantes podem

ter tentado com esse "jogada" eliminar à partida um dos homens mais apontados, dentro e fora do PAICV, como "candidato natural" à PR. Este novo facto, aliás, está a provocar um certo baralhar de cartas no seio do partido do governo, a ponto de algumas vozes estarem a encarar a eventual recandidatura do actual Chefe de Estado, Pedro Pires, como um dos cenários a se ter em conta. Quanto mais não seja para serem as águas e pôr trilhar a muitas ambições que podem perturbar o equilíbrio tambarina em vésperas das eleições legislativas.

De salientar que Manuel Inocêncio Sousa, Silvino Manuel da Luz e Felisberto Vieira (nessa ordem) são as personalidades da área do PAICV que já se disponibilizaram para a corrida ao Palácio do Plateau. E tudo aponta que, proximamente, poderão vir a surgir figuras independentes a pedir o apoio do partido do governo para a disputa do mesmo cargo, casos de David Hopffer Almada e Onésimo Silveira.



Sexta-feira, 08 de Abril de 2005

POLÉMICA EM SÃO NICOLAU

PAICV e MpD 'brigam' por protagonismo na CI do Tarrafal

O diploma que cria os cinco novos municípios, recentemente aprovado no Parlamento Cabo-verdiano, ainda não foi sequer publicado no Boletim Oficial, e já provoca controvérsia em São Nicolau. O PAICV acusa o MpD de estar a fazer campanha para que os ventoinhas, que são maioria na ilha, assumam a Comissão Instaladora do Município do Tarrafal. Os ventoinhas defendem-se, pela voz de José Cabral, apontado aliás como incitador dessas manobras, dizendo que o seu partido deseja que a CI seja coordenada por uma pessoa competente e ponderada, independentemente da sua cor política, para evitar crispação no relacionamento entre os poderes local e central. Já o Ministro da Administração Interna, Júlio Correia, prefere acreditar que o que está a acontecer na ilha de Chiquinho são 'técnicas de entretenimento'.

O assunto promete mobilizar a ilha de São Nicolau nos próximos tempos. Basta dizer que após a publicação da proposta de Lei que cria o Município de Tarrafal de São Nicolau no Boletim Oficial – o que deverá acontecer nesta sexta-feira, 8 – o governo tem ainda três meses para nomear os integrantes da Comissão Instaladora, que vai preparar e infra-estruturar o município até à instalação dos órgãos eleitos. Enquanto isso, o PAICV-São Nicolau mostra-se preocupado com a campanha que, dizem, está sendo feita pelo vereador José Cabral e por outras pessoas afectas ao MpD para que o seu partido assumira a presidência da CI. "Recebemos informações de que José Cabral e outros deputados do MpD estão a fazer campanha e a criar uma situação que obrigue o governo a chamar esse partido para presidir a CI", afirma Nicolau Soares, antes de opinar, que por força da lei, o governo terá de ter em conta os resultados das últimas eleições autárquicas aquando da nomeação dos cinco membros da CI do Tarrafal.

Para José Cabral, o principal visado pelo PAICV - São Nicolau, essa acusação só pode ter partido de um "perdedor político". "Se eu quisesses cargos de responsabilidade política seria,

neste momento, presidente da Câmara de São Nicolau porque estava à frente quer nas sondagens feitas pelo MpD, quer nas do PAICV", afirma José Cabral, exemplificando esse seu "desprendimento" com a recusa em encabeçar a lista do seu partido para as autárquicas de 2004 e, recentemente, com o facto de ter declinado o convite para integrar uma lista que irá disputar a liderança partidária no novo município do Tarrafal.

Em relação à CI, afirma Cabral, o MpD defende a nomeação de um presidente de consenso que não esteja preocupado em fomentar conflitos dentro do grupo e que, pelo menos três dos cinco membros, sejam do MpD. "Pensamos que o presidente da CI deve ser uma pessoa que consiga fazer a ponte entre os elementos do PAICV e do MpD. Inclusive sugerimos alguns nomes de pessoas próximas ao partido no poder e que têm um perfil adequado para coordenar uma Comissão Instaladora. Um dos escolhidos foi delegado do governo no tempo do PAICV e o outro nome é alguém que integrou a lista que disputou as eleições autárquicas", informa Cabral, lembrando que há projectos para o Tarrafal e Ribeira Brava que exigem cooperação entre os presidentes da CM e da CI.

TÉCNICAS DE ENTRETENIMENTO

O ministro da Administração Interna desvaloriza essa polémica e prefere acreditar que 'estão a acontecer coisas em São Nicolau que devem ser entendidas apenas como técnicas de entretenimento'. Isso porque, segundo Júlio Correia, a Comissão Instaladora vai se processar de acordo com a lei e trabalhar sob a batuta directa do governo. "Não vamos alienar as nossas responsabilidades. A CI do Tarrafal e todas as demais vão ser assumidas integralmente pelo executivo. Eu é que vou definir as pessoas que entendo tenham idoneidade e competência para desempenhar esta função. Os que não se enquadram serão rejeitados. Todo o resto são manobras de entretenimento".

Essas afirmações foram ainda reforçadas pelo primeiro-ministro, que esta semana efectuava uma visita a São Nicolau, ao lembrar ser a CI uma entidade da confiança do governo.

E A LEI

A lei que cria o município do Tarrafal da ilha de São Nicolau é clara sobre este aspecto. No artigo 4º, número dois, da adenda a essa proposta de lei lê-se: "A Comissão Instaladora é composta por um presidente e quatro vogais nomeados por Resolução do Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro que exerce a tutela sobre os municípios, ouvidos os partidos políticos com assento parlamentar e são escolhidos tendo em consideração os resultados eleitorais obtidos pelas forças políticas nas últimas eleições para os titulares dos órgãos municipais no município de origem". E mais, "O presidente da Comissão Instaladora é nomeado por Resolução do Conselho de Ministros de entre os membros da Comissão".

Mas São Nicolau não está na ordem do dia apenas por causa dessa polémica à volta da nomeação dos membros da Comissão Instaladora. A visita que o chefe do executivo vinha efectuando à ilha do Chiquinho e que foi suspensa na terça-feira para que José Maria Neves pudesse acompanhar as exéquias do Papa João Paulo II não caiu no agrado das autoridades locais. À TCV, à saída de um encontro que se prolongou por duas horas com o PM, Amílcar Spencer Lopes disse não acreditar que saia grande coisa desta visita, porque José Maria Neves já está em campanha eleitoral. Em jeito de resposta, o chefe do executivo garantiu que o seu governo vai trabalhar até ao final deste mandato porque está a fazer um trabalho sério e acredita que não deve haver ruptura, mas continuidade.

Constância de Pina

A democracia - CV p

O professor Franz Heimer vê o livro de Onésimo Silveira, como o resultado de um estudo africano, e em particular do homem cabo-verdiano. Ao apresentar o livro “A democracia - CV p”, do lado de sociologia e estudos africanos do ISCTE, e investigador senior do ISCTE, que passar pela inserção do país num mundo em “globalização galopante”.

Sexta-feira, 08 de Abril de 2005

Não tenho a pretensão de ser especialista de Cabo Verde, embora conheça o país desde 1979 e o tenha incluído em investigações comparativas – apreendendo ao mesmo tempo muito ao orientar no ISCTE sete dissertações de mestrado e de doutoramento em estudos africanos sobre Cabo Verde, na sua maior parte de nacionais do país. Mas a minha abordagem é condicionada por uma perspectiva que parte da África ao Sul do Saara na sua globalidade, e que se baseia em quase 40 anos de investigação e docência sobre o continente, com estadias numa vintena dos seus países.

É, portanto, nesta perspectiva que leio o livro de Onésimo Silveira. Descubro nele um conjunto de trabalhos, ligados entre eles por uma reflexão densa e consistente, que não se cingem a Cabo Verde, objecto central de estudo, mas abrangem a África toda e vão algumas vezes mesmo para além deste âmbito. Trabalhos que, desde que focam o Cabo Verde contemporâneo, são enraizados numa longa e intensa “observação participante”, para recorrer à terminologia das ciências sociais. Ao longo do livro, o “interesse epistemológico” do autor, ou a sua motivação, fica patente e pode talvez – Onésimo Silveira que o diga – resumir-se num empenho apaixonado pela dignificação do homem africano, e em particular do homem caboverdiano. Na segunda parte do livro, dedicada à prática política em Cabo Verde, manifesta-se como subjacente uma atitude que eu chamaria de militância de um homem independente a lutar pela concretização, no seu país, dos seus ideais políticos e sociais – os da modernidade e da democracia, para usar termos abreviados.

Dada a considerável variedade de temas que o livro aborda, é impossível referi-los a todos. Sou portanto forçado de fazer uma escolha que, inevitavelmente, reflectirá a minha própria maneira de ver. Vou portanto destacar alguns aspectos que ressaltam do conjunto dos trabalhos reunidos no livro, numa linguagem por vezes algo diferente da utilizada pelo autor e que já implica tentativas de interpretação. Começo por três dimensões que transcendem o caso específico de Cabo Verde:

- Onésimo Silveira torna claro desde o início que a democracia, como outros sistemas políticos e porventura mais do que outros, deve ser considerada como uma forma de uma dada sociedade articular-se a nível político. E isto não apenas em termos das práticas desenvolvidas pelos actores sociais (indivíduos, grupos, instituições), mas também em termos daquilo a que a psicologia social cognitiva chama de “pensamento social”: as cognições e representações sociais, as crenças e explicações, os valores, as atitudes avaliativas e afectivas e os esquemas de acção que as pessoas, condicio-

nadas pelo seu contexto social, “têm na cabeça” (ou na “alma”). Identifico-me inteiramente com esta perspectiva de análise que, para mim como para uma maioria crescente dos cientistas sociais, é a única capaz de realmente captar em profundidade as lógicas e os processos políticos.

- Partindo portanto da sociedade para compreender a política, Onésimo Silveira destaca, num passo seguinte, outra dimensão fundamental: a de que não há sociedades estáticas, imutáveis no tempo, mas que todas as sociedades devem ser compreendidas a partir da sua génese histórica e das recomposições em curso. Esta premissa, que pode parecer óbvia e banal, não o é de todo quando de África se trata: nos estudos sobre este continente, prevaleceu durante muito tempo a ideia de que as suas sociedades não tinham história e existiam em moldes fixos e imutáveis. Embora no domínio científico dos estudos africanos esta ideia já não exista, salvo residualmente e de forma caricata, ela ocorre ainda com alguma frequência no discurso comum, e todas as demonstrações em contrário são portanto salutares.
- Na continuação desta linha, Onésimo Silveira problematiza a formação de “nações” em África. Refugiando-me na linguagem que me é familiar, diria que foca a questão crucial de saber se, e até que ponto, as sociedades existentes num dado território desmarcado pelo colonizador chegaram a formar um tecido social coerente, a partir do momento da sua ocupação e até hoje. Coerente não necessariamente em termos de uma uniformidade das suas características (da língua, dos costumes, da religião, etc.), mas ao menos em termos de uma integração das práticas dos actores sociais num sistema abrangente de interacção. Coerente também – e isto talvez seja ainda mais importante – em termos de uma identidade social ou de um sentido de pertença abrangente (embora este coexista normalmente com outras identidades sociais). Tecidos sociais neste sentido integrados seriam portanto passíveis de serem designados como “nações”, embora eu próprio prefira o conceito mais cauteloso (e infelizmente mais complicado) de “formações sociais territoriais”. Concordo inteiramente com o diagnóstico de que no momento do seu acesso à independência a esmagadora maioria dos novos países africanos eram “Estados sem nação”, para usar uma expressão do sociólogo guineense Carlos Lopes. Concordo também com Onésimo Silveira quando sublinha o facto de a pouca integração dos seus tecidos soci-



por Onésimo Silveira

o de um empenho apaixonado do seu autor pela dignificação do homem
 A Democracia em Cabo Verde”, em Lisboa, este professor catedrático jubi-
 Centro de Estudos Africanos deixa entender que essa dignificação, tem
 Com a devida vênua ao seu autor, eis o t exto na Integra de Franz Heimer.



ais, alcançada na maior parte dos países africanos, continuar a dificultar a procura de uma organização política estável. Constatação esta que se aplica em especial à democracia, entretanto de alguma forma introduzida em quase toda a parte, mas preponderantemente por pressão externa e praticamente nunca com a indispensável adaptação às “*formações sociais territoriais*” concretas, portanto sem a “*africanização*” exigida por Onésimo Silveira. Este “*remata*”, por assim dizer, esta linha de reflexão ao expressar a sua convicção, que partilho, que na era da globalização a África deve encontrar caminhos para superar o modelo imposto e historicamente datado do “*Estado-nação*” bem como a camisa de força das fronteiras herdadas do período de ocupação colonial.

Pareceu-me necessário dar relevo a estes três aspectos, porque é só a partir deles que se compreende a maneira como Onésimo Silveira situa as particularidades do seu país. Em termos das dimensões há pouco listadas, considera Cabo Verde - ao meu ver com óbvia razão - como fundamentalmente distinto dos países do continente africano. Novamente faço uma escolha - que espero não seja demasiadamente subjectiva - de três aspectos salientes da análise proposta por Onésimo Silveira neste capítulo.

- Em harmonia com a abordagem há pouco descrita, o seu olhar dirige-se em primeiro lugar para a sociedade caboverdiana. O que regista antes de tudo são as profundas diferenças que esta acusa em relação às “*formações sociais territoriais*” do continente africano. Estas diferenças existem, por um lado, em razão de um apagar das identidades sociais étnicas dos africanos trazidos para as ilhas, sem que nestas - acrescentaria eu - se constituíssem novas identidades sociais parcelares que fossem produtoras de profundas clivagens, como as que durante séculos se verificaram em São Tomé e Príncipe. As diferenças com o continente devem-se, por outro lado, a uma mestiçagem não apenas biológica, mas também cultural, entre africanos e europeus, precedida por uma “*ladinização*” dos primeiros, para usar um termo proposto por Onésimo Silveira - um processo que ocorreu por sinal de forma muito semelhante noutras paragens, nomeadamente nas Caraíbas. Ambos os factores constituem premissas para a formação em Cabo Verde, ao longo de cinco séculos, de uma sociedade “*crioula*” coesa onde as comunalidades, a começar pela língua comum e a terminar pela identidade social abrangente, se sobrepõem cada vez mais aos particularismos. No fim da ocupação

colonial há em Cabo Verde uma “*formação social territorial*” inteiramente constituída, uma “*nação*” se quisermos - o que no continente se dá apenas nos casos do Botswana, do Lesoto e da Swazilândia. Contrariamente a estes países - e a todos os outros países continentais - , Cabo Verde é também, como Onésimo Silveira não se cansa de salientar, um país que, a nível das práticas, da sensibilidade e do pensamento social das pessoas, é cada vez mais “*ocidental*”. Inclusive - e isto já é outro acréscimo meu - pelo facto de a estrutura constitutiva da sua sociedade ser a da divisão em classes sociais, enquanto outros tipos de clivagens (étnicas, religiosas, regionais) ou não existem, ou são relegados para o segundo plano - como o demonstram entre outros os trabalhos do caboverdiano Cláudio Furtado e da portuguesa Manuela Afonso.

- É contra este pano de fundo que Onésimo Silveira procura identificar as especificidades da democracia em Cabo Verde. Tendo neste país o sistema pluripartidário sido introduzido não por imposição externa, mas por opção própria e sem perturbações de monta, a sociedade caboverdiana “*veste a camisa*” do novo sistema político com um à-vontade à primeira vista espantoso, e que em África encontra um único paralelo, o do Botswana. Segundo Onésimo Silveira, o fenómeno explica-se pela natureza já referida desta sociedade, e em particular pelo profundo enraizamento nesta sociedade dos valores políticos considerados fundamentais em democracia. Ao escrutinar a tradução, em Cabo Verde, dos valores e regras da democracia em prática política concreta, o livro põe em relevo alguns *entorses*. No entanto, em comparação com a maioria dos países africanos estes *entorses* são de tal modo limitados que até reforçam a tese central de Cabo Verde ser hoje um país “*naturalmente democrático*”.
- Contudo, Onésimo Silveira não ignora as muito precárias bases materiais do seu país. Num dado momento diz que este existe e subsiste hoje como resultado de um “*acto colectivo de fé*”. Donde a conclusão de que também Cabo Verde, e até mais do que outros países, precisa encontrar formas de inserção num sistema-mundo em “*globalização galopante*” que garantam a sua sobrevivência de melhor maneira do que a actual redução ao estatuto de “*Estado-nação*”.

Franz-Wilhelm Heimer
 Apresentação na RTP África, em 31/3/2005,
 do livro de Onésimo Silveira, *A democracia em Cabo Verde*, Lisboa: Edições Colibri, 2005

PAICV quer crescer



Sexta-feira, 08 de Abril de 2005

O Secretário-geral do PAICV, Mário Matos (foto), diz que o seu partido pretende recrutar, numa primeira fase que termina em Junho próximo, pelo menos mil e 300 novos membros, mil dos quais no país e os restantes no seio da comunidade cabo-verdiana no estrangeiro. Mário Matos avança que “o desafio é crescer com a geração da independência”, ou seja, trazer para o partido jovens quadros, empresários e intelectuais nascidos aproximadamente na altura em que Cabo Verde proclamou a sua independência.

O SG justifica que a medida se enquadra no processo da transformação de Cabo Ver-

de, perspectivada pelo actual governo: “O PAICV está a liderar o processo da transformação de Cabo Verde e, paralelamente a isso, está a promover um amplo processo da sua modernização e democratização interna, o qual passará pelo recrutamento de novos membros, com capacidade reconhecida e vontade política para, juntamente com os restantes membros, aprofundarem e levarem avante tal projecto”.

Matos está seguro do sucesso dessa campanha sobretudo na capital, onde a estrutura local introduziu, como novas metodologias de mobilização, o processo de emulação en-

Crescer com a geração da independência é o lema de uma campanha de recrutamento de 1.300 novos membros, até Junho deste ano, lançada pelo PAICV que, ao mesmo tempo, vem dinamizando a implantação das suas estruturas nos cinco novos municípios criados em Cabo Verde. A ofensiva tamborina enquadra-se no processo de modernizar e democratizar ainda mais o partido que sustenta o governo, tendo em vista as eleições legislativas e presidenciais de 2006.

tre os grupos de base que recrutarem maior número possível de militantes. Depois de avaliada a primeira fase, a campanha será retomada durante o segundo semestre do ano em curso.

Mário Matos acrescenta que o PAICV está também a trabalhar na instalação das estruturas concelhias nos cinco novos municípios recém-criados, que terão a designação de sectores. Tudo com o propósito de não só lançar as bases do PAICV nas ditas circunscrições administrativas como também para sustentar a decisão do governo de corresponder à vontade de autonomia e desenvolvimento manifestada por essas estruturas concelhias.

A nossa fonte anuncia que, conforme as directivas da última reunião do Conselho Nacional, tais estruturas deverão ficar constituídas e legitimadas, através de conferências, até 31 de Abril próximo. Com efeito, Gaspar Fontes foi já designado como o Coordenador do Sector de Santa Catarina do Fogo, chefiando uma equipa formada por nove membros. Esta escolha será reconfir-

mada na conferência local do partido, agendada para 17 deste mês. Emanuel Dias Semedo é quem vai, por seu turno, comandar a direcção concelhia de São Lourenço dos Órgãos, constituída por cinco elementos e que realizará a sua primeira assembleia no dia 24 deste mês. O Sector de São Salvador do Mundo, que integra sete membros, ficará sob o comando de Carlos Alberto Gonçalves, actual vereador da Câmara de Santa Catarina. Venceslau Sanches, Secretário no Município da Capital, continua a dirigir a Praia Rural, denominada por Sector da Ribeira Grande de Santiago, cujo centro, a Cidade Velha, volta a ter o estatuto de cidade. O coordenador para o Município do Tarrafal de São Nicolau é o único que ainda está por escolher.

Mário Matos anuncia, por outro lado, que o Sector da Boa Vista vai estar reunido em conferência no próximo dia 16, para analisar a situação política local e eleger uma nova direcção dos tambarinas naquela ilha.

ADP

MPD-RIBEIRA GRANDE

Corrida contra o tempo

A estrutura do MpD na Ribeira Grande intensifica os contactos para realizar a eleição da nova comissão executiva regional antes da data-limite que é 31 de Maio. Desde logo, **A Semana** sabe que Francisco Dias já oficializou a sua candidatura ao cargo de coordenador concelhio daquele partido, mas é provável que ainda este mês possa surgir outro candidato no seio da actual estrutura provisória.

O deputado suplente e ex-presidente da concelhia da JpD, Francisco Dias, deve ter como adversário nesta corrida à coordenação do MpD na Ribeira Grande o actual coordenador provisório, António Rodrigues, ou alguém que lhe é próximo. O próprio Rodrigues diz ao **A Semana** que a sua candidatura não é uma hipótese a descartar, embora prefira aguardar mais tempo para anunciar uma posição definitiva sobre o assunto.

Todavia, caso António Rodrigues decida não avançar, é provável que o ex-mandatário na Ribeira Grande da candidatura de Agostinho Lopes à presidência do MpD entre nessa corrida contra

a lista de Francisco Dias. Adalberto Alexandre já admitiu essa possibilidade, apesar de ainda não ter tomado posição em público.

São estes alguns dos cenários delineados num momento em que se sucedem as reuniões entre os dirigentes ventoinhas na Ribeira Grande para definir o cronograma do acto eleitoral. Na terça-feira passada, o coordenador das eleições na ilha de Santo Antão, Jorge Santos, encontrou-se com os responsáveis daquele concelho para definir a estratégia a seguir, sendo certo que dentro de dias se deve



arrancar com o processo de actualização do recenseamento dos militantes.

Um processo que deverá estar concluído até finais deste mês para, logo em seguida, acontecerem as assembleias de núcleo que deverão eleger os delegados à assembleia regional que, por sua vez, escolherá a nova comissão executiva. “Temos de correr contra o tempo para eleger o novo coordenador antes de 31 Maio, de modo a que de seguida possamos traçar a estratégia que nos levará à conquista dos três deputados eleitos por este círculo nas próximas legis-

lativas. Esse é um objectivo possível, mas temos de trabalhar desde já para alcançá-lo”, diz, entusiasmado, Jorge Santos, o coordenador das eleições na ilha das montanhas.

Entusiasmo não falta também ao candidato Francisco Dias, que afirma ter tudo pronto para, tão logo se defina a data das eleições, começar a sua campanha. “De resto, já tenho um encontro programado com uma pessoa tida como um candidato adversário para vermos se formamos uma lista consensual. Caso isso não seja possível, lançar-nos-emos na corrida a dois ou a três sem qualquer problema”, salienta aquele dirigente.

O importante, reitera Dias, é reorganizar o MpD naquele concelho, remobilizar os militantes, atrair a juventude e pensar com afinco na estratégia para ajudar o partido a conquistar as próximas eleições legislativas.

Refira-se que na última disputa à presidência daquela formação partidária Francisco Dias foi o mandatário na Ribeira Grande da candidatura de Jorge Santos, dirigente sobre quem se afirma que

a lista de Dias lhe é próxima. No entanto, este candidato já fez questão de realçar que a corrida ao cargo de coordenador não tem nada a ver com a Convenção do MpD.

Seja como for, não é de estranhar que nessa disputa apareça uma candidatura próxima ao actual presidente do partido para enfrentar Dias no embate. Entretanto, no Paul prepara-se também a escolha da nova comissão executiva regional. E, ao que tudo indica, já existem contactos no sentido de se formar duas listas concorrentes.

João Almeida Medina

Incêndio no Porto da Praia

O armazém D do Porto da Praia foi ontem “engolido” pelas chamas, na sequência de uma grande explosão, cujo impacto se fez sentir a mais de dois quilómetros dali, nas colinas de Achada de Santo António. Com toda a zona do porto envolta em fumaça muitos chegaram a temer o pior. E na confusão que se instalou, era visível a falta de meios para combater as chamas que acabaram por consumir quase tudo o que se encontrava no armazém. Segundo informações colhidas por **A Semana**, o primeiro carro dos bombeiros que chegou não tinha água. O segundo carro de bombeiros da CMP sim tinha água, mas a sua força evoluía no sentido inverso ao das chamas: quanto mais a força das chamas menor a força da água. Mas a união lá fez a força e com a ajuda da protecção civil, Embaixada americana, tropas do quartel de Achada Mato, e tanques privados, os bombeiros municipais conseguiram controlar o incêndio, duas horas depois de ter deflagrado. Nenhuma vítima a registar, mas, os prejuízos materiais rondam os 100 mil contos, segundo uma fonte da seguradora da ENAPOR, a Garantia.

Os ponteiros do relógio marcavam 13h15 quando se ouviu um enorme estrondo no porto da Praia, que se repercutiu em Achada Grande, Achada de Santo António e Lém-Ferreira. Tecidos para o ar, pedaços de materiais guardados no armazém D a voarem em todas as direcções, gritos ao ritmo de novas explosões, pessoas a correr das chamas, sirenes, enfim... Um clima de desespero e de medo.

Cerca de 30 minutos depois, chegaram dois carros de bombeiros da Câmara Municipi-

pal da Praia. Mas segundo informações captadas por **A Semana** o veículo de maior dimensão tinha o tanque vazio. Num momento de crise e aflicção qualquer ajuda era bem-vinda. Até um auto-tanque privado que circulava normalmente junto ao porto foi desviado para ajudar no combate às chamas. E perante o olhar incrédulo de uns e de tristeza de outros, desfilava a miséria dos meios e a fraca capacidade em água dos nossos bombeiros municipais para enfrentar um fogo daquela dimensão. As críticas circulavam por todo o lado e uma das perguntas era: porquê a ASA (Aeroporto e Segurança Aérea) ainda não chegou? Pergunta respondida só passada quase uma hora, quando os carros da empresa apareceram com toda a força da sua água, marcando assim a diferença. Segundo um representante da ASA, “*deve ter havido algum problema de comunicação, mas viemos assim que nos chamaram*”.

A protecção civil foi mais presta, chegou minutos depois de soar o alarme e tentou organizar de alguma forma o caos, evacuando os curiosos que se encontravam junto ao local do incêndio e que se aproximavam dos carros e contentores.

Mas o desespero e a confusão eram enormes. Exemplo disso, foi a busca incessante que um elemento da protecção civil empreendeu entre a multidão, à procura de uma antena de rádio para solicitar mais água de qualquer parte.

Por uns instantes verificou-se também haver homens a mais para os poucos meios existentes, facto que inviabilizava as ajudas suplementares. Perante este cenário, um curioso, Manuel Monteiro, afirmou que “*esta ausên-*

cia de condições mínimas para combater um incêndio desta dimensão, é exemplo da falta de segurança que existe no país” atribuindo a responsabilidade por essa “*miséria*” ao Ministro da Administração Interna, ao presidente da protecção civil e ao edil da Praia.

Enquanto as chamas lavravam, o presidente da Protecção Civil, Alberto Barbosa, garantia ao **A Semana** que estavam a ser feitos todos os esforços para estabilizar a situação, acrescentando: “*Mobilizámos as Forças Armadas, os agentes da protecção civil, e também todos os tanques civis*”. Alberto Barbosa não dispunha no momento de elementos que lhe permitissem avançar as causas do acidente, mas adiantou que naquele armazém “*existiam produtos inflamáveis e em grande quantidade*”. Informação que foi logo aproveitada por muitos “*boquistas*” para muitos concluir que aquele cais é “*um barril de pólvora*”.

Por seu turno, o Administrador do Porto, José Fortes, assegurou que o país está preparado para enfrentar estas situações. “*Estamos sempre preparados, temos uma equipa de combate ao incêndio. Vamos averiguar as causas disso primeiro e só depois nos pronunciamos sobre o sucedido*”, assegura.

O armazém D tinha carga de todo o tipo, inclusive um carro de marca “*Mitsubishi*” que entrou no armazém duas horas antes do acidente. Segundo uma fonte, boa parte da carga que se encontrava ali era proveniente dos EUA, pelo que se desconfia que alguém possa ter introduzido material pirotécnico - proibido por lei de estar em qualquer armazém da Enapor - nas encomendas, o que terá provocado a ex-

ploração que precedeu o incêndio. No acidente de ontem à tarde não há mortos nem feridos a registar. No entanto, os danos materiais causados, segundo uma fonte da Seguradora Garantia, rondam os 100 mil contos.

ENAPOR TRANQUILIZA OS CLIENTES

O presidente do Conselho de Administração da Enapor, Franklim Spencer Santos, que desde São Vicente seguia o evoluir da situação no Porto da Praia, anunciou já que as autoridades competentes estão a investigar as possíveis causas do incêndio registado num dos quatro armazéns do Porto da Praia. Segundo o mesmo, a empresa vai assumir as suas responsabilidades junto dos clientes, relativamente aos prejuízos resultantes das mercadorias que ficaram danificadas.

Franklim Spencer Santos, que se escusa por ora a entrar em detalhes, confirma que o incêndio foi precedido de uma explosão e garante ter já comunicado a ocorrência à seguradora do porto da Praia, a Garantia. Esta seguradora deverá, por seu turno, nomear uma equipa de peritos para averiguar este caso e apurar no terreno os prejuízos registados.

Spencer dos Santos fez ainda questão de realçar que é proibido colocar nos armazéns da Enapor mercadorias perigosas e explosivas. Adiantou ainda que o incêndio registado nada tem a ver com qualquer problema de congestionamento a nível dos armazéns, pois tal se verifica mais a nível do parque de contentores que funciona junto do mesmo Porto.

Aidé Carvalho

Sexta-feira, 08 de Abril de 2005

SINDICÂNCIA NA EMBAIXADA DE CABO VERDE NO SENEGAL

Novos suspeitos no caso Canárias

A polícia fronteiriça espanhola incluiu mais quatro pessoas na lista de pessoas suspeitas de estarem envolvidas no esquema de tráfico humano. Entre elas constam os dois menores de dezassete anos e dois familiares de um deles, residentes em Portugal. Entretanto, o Ministério dos Negócios Estrangeiros ordenou uma sindicância à Embaixada de Cabo Verde no Senegal, para apurar o suposto envolvimento de um funcionário desse serviço consular no processo de falsificação de passaportes.

A polícia fronteiriça das Canárias acrescentou mais quatro pessoas à lista dos suspeitos envolvidos numa alegada operação de tráfico humano de Cabo Verde para a Europa, via continente africano, a qual foi desmantelada no aeroporto de La Palma durante este período pascal. Dois familiares de um rapaz de dezassete anos viajaram de Portugal para o arquipélago espanhol com o intuito de visitá-lo e, segundo o cônsul Juan Cardenas, acabaram por ser interrogados pelas autoridades canarienses e incluídos no grupo de indivíduos susceptíveis de pertencerem a uma provável rede de tráfico internacional de pessoas.

As outras figuras que supostamente foram engrossar a lista negra são os dois menores de dezassete anos - uma rapariga do interior de Santiago e o próprio rapaz que recebeu a visita dos dois familiares residentes no território luso. Estes que, no início, foram vistos como meras vítimas da suposta astúcia das oito mulheres, tidas como as eventuais cabecilhas do esquema.

Deste modo, aumenta para doze o número dos sujeitos que serão provavelmente acusados nas Canárias de estarem envolvidos na rota de tráfico humano entre estes dois arquipélagos macaronésicos. Devido ao evoluir das investigações policiais, as autoridades fronteiriças ainda não apresentaram os suspeitos à Justiça espanhola para efeitos de legalização das prisões, apesar de terem decorrido quase três semanas sobre a notícia da captura dos vinte cabo-verdianos no aeroporto de La Palma.

O referido expediente judicial estava marcado para a manhã desta quinta mas, segundo o cônsul Juan Cardena, o mais provável é que a decisão do Tribunal seja conhecida hoje, sexta-feira. Até ao fecho desta edição, corria somente a informação segundo a qual outras quatro pessoas - cujos nomes não

foram revelados ainda à imprensa - tinham aumentado a listagem dos prováveis arguidos deste processo, que tem contornos de falsificação de documentos e tráfico humano, este último considerado um crime contra a humanidade pela ONU.

SINDICÂNCIA NO SENEGAL

Esta suposta operação de tráfico humano levou o Ministério dos Negócios Estrangeiros a determinar, esta semana, uma sindicância à Embaixada de Cabo Verde no Senegal, com início na passada quinta-feira, segundo notícia veiculada pela RCV. A missão, acrescenta o mesmo órgão, foi atribuída ao ministro Plenipotenciário Severino Almeida, coadjuvado por Jorge Gonçalves, director do departamento de Assuntos Consulares e das Comunidades. Existem fortes suspeitas de envolvimento de um funcionário desse serviço consular acreditado em Dakar, na emissão dos passaportes falsos usados pelos viajantes e que acabaram por denunciá-los no aeroporto de La Palma.

“*É mais fácil corromper um funcionário de uma embaixada e usá-lo para a emissão de documentos falsos do que as pessoas afectas ao serviço de fronteiras. Isto porque há menos burocracia, menos pessoas envolvidas no processo, logo menos controlo*”, exprime uma fonte credível, para quem a linha desse “*comboio*” tem de ser ainda maior. Por outras palavras, a nossa fonte acredita na eventualidade do esquema envolver gente afectada também aos serviços de arquivo e identificação.

Clarificando melhor o seu raciocínio, a referida fonte frisa que normalmente o processo de falsificação de documentos e de identidade começa na escolha da nova identificação que o portador do documento passará a ter: nome, filiação, naturalidade, etc. Essa escolha recai, por norma, em pessoas que nunca tiraram o passaporte e que não costumam viajar. “*Se escolherem a identificação de alguém que possui um passaporte e que já viajou, tudo pode ir por água abaixo em dois tempos. E todos os dados são extraídos dos sistemas de identificação*”.

Segundo a nossa fonte, dificilmente um agente da fronteira poderá descobrir a contrafacção de um documento emitido por uma embaixada em papel original, sem nenhuma rasura, com visto de entrada e com a fotografia do detentor. “*Aqui reside um perigo de elevadas proporções, porque esse tipo de procedi-*

mento criminal coloca em causa a credibilidade de um país e, para mim, é um crime contra o Estado”, acrescenta a referida fonte sob anonimato, sublinhando que a sindicância à Embaixada de Cabo Verde no Senegal poderá ajudar a esclarecer os rumores sobre a existência de uma alegada rota de tráfico humano estabelecida entre os dois países. Segundo uma informação divulgada nas antenas da RCV por uma fonte entrevistada por esse órgão estatal, na passada semana, as pessoas são levadas para Dakar e colocadas no quintal de uma casa, onde são alimentadas durante o tempo de estadia no território senegalês, até serem enviadas para outros destinos.

Nenhum membro do Governo quis comentar a notícia da sindicância, a começar pelo ministro Victor Borges, que alegou segredo de justiça. A mesma postura foi assumida por Júlio Correia, titular do Ministério da Administração Interna. Por seu turno, o Embaixador no Senegal, Raul Barbosa, mostrou-se indisponível para abordar o assunto com este jornal, alegando estar de malas prontas para uma viagem à Mauritània, no momento do contacto.

Quanto à POP e à PJ continuam também a aguardar o desfecho das investigações policiais nas Canárias para sabermos detalhes desta operação, eventualmente através da Guarda Civil espanhola, entidade com a qual a Judiciária tem relações de cooperação.

Entretanto, um total de vinte cabo-verdianos caiu nas mãos das autoridades canarienses, por desconfiança de terem entrado ilegalmente no território espanhol e de terem cometido outros crimes, nomeadamente associação criminosa, atentado contra a lei laboral desse país e, o mais grave, tráfico humano. Logo à chegada ao aeroporto canariense foram presas oito mulheres, tidas como as cabecilhas do tráfico, enquanto as restantes doze pessoas - entre elas um rapaz e uma rapariga de dezassete anos - eram colocadas em centros especiais para estrangeiros indocumentados a aguardarem eventuais medidas de expulsão do arquipélago. Entretanto, os menores de dezassete anos poderão também ser implicados criminalmente, quando, inicialmente, eram tidos como meras vítimas. O caso mudou de figura no decurso desta semana quando dois familiares do rapaz, residentes em Portugal, decidiram fazer-lhe uma visita. O curioso é que até eles acabaram alegadamente por cair na lista de suspeitos da polícia fronteiriça espanhola.



SANTA CRUZ

Um horário com aulas em dois períodos está a apresentar-se como um grande problema para os alunos do concelho de Santa Cruz que vivem distantes da vila de Pedra Badejo. Isso porque, ao terem a maioria das disciplinas concentradas num determinado período – manhã ou tarde –, são obrigados a repetirem o percurso no outro para a aula de educação física. Esta situação fez com que muitos desses alunos que frequentam a escola secundária reprovassem no ano passado por faltas, enquanto outros abandonaram os estudos por não poderem comparecer às aulas de educação física. A falta de condições financeiras para pagar transporte a dobrar, nos dias de educação física, é a principal razão apontada para esse drama.

Educação Física chumba alunos

Em Santa Cruz, e como tem sido regra a nível do ensino secundário, os alunos da escola secundária que têm aulas de manhã são obrigados a assistirem as aulas de educação física à tarde. Na escola, frequentada maioritariamente por alunos do interior (zonas rurais), há estudantes que percorrem diariamente dezenas de quilómetros para poderem assistir as aulas, isto para dar à volta às limitações financeiras de quem nem pode pagar transporte uma vez por dia, quanto mais duas vezes ao dia quando há aulas de educação física.

A **Semana** registou, entretanto, que há um bom número de adolescentes que moram a uma distância tal que torna impossível o percurso a pé. Esses, sobretudo no que se refere à educação física, estão a ficar para trás, visto que acabam por ultrapassar as sete faltas estabelecidas pelo regulamento e, com isto, chumbam. Outros preferem desistir a meio do caminho, adiando o sonho de caminhar rumo a um futuro melhor a partir da escola.

Entretanto, no meio a tantas adversidades, há aquelas que se negam a desistir. Exemplo disto é a jovem Ana Silva, aluna do 11º ano, que tem como única disciplina este ano a educação física. “Reprovei no ano passado porque vivia em Órgãos e não podia voltar sempre que tinha aulas de educação física por falta de dinheiro e cansaço também”, justifica.

Rosalinda Semedo teve o mesmo pro-

blema, acrescentado à falta de tempo para estudar, uma vez que vive em Longueira, Órgãos tendo que percorrer cerca de cinco quilómetros à pé, “para poupar dinheiro”, até chegar ao ponto onde apanha o transporte. Uma vida difícil reflectida num olhar triste de quem, com muito sacrifício, sonha vir a ser o futuro do país. Mas em condições tão desiguais a tantos outros!

DO LADO DA ESCOLA

Segundo uma fonte escolar, frequentemente aparecem na escola pais dos alunos a reclamarem da situação, fundamentando que os seus filhos chegam tarde a casa. Situações que, às vezes, levam os pais ao desespero. Um exemplo disso foi dado por uma fonte da escola que relata o caso de “uma estudante que saiu tarde da educação física e como morava longe não encontrou transporte naquele dia para voltar para casa, ficando na bermã da estrada até que apareceu um senhor, desconhecido, que a levou para sua casa. O mesmo senhor arranhou uma maneira de comunicar com a família da menina que ela estava bem. Felizmente para ela que encontrou uma boa alma. Mas podia ter caído nas mãos de pessoas sem escrúpulos”.

Mas se há quem aponte as aulas de educação física como um problema para os alunos, a professora da educação física na escola secundária de Pedra Badejo, Dulce Vare-

la, afirma não ter casos de alunos reprovarem por faltas às suas aulas. Mas reconhece que este sistema de aulas em dois períodos tem sido motivo de grande preocupação. “Temos nos reunido várias vezes com a direcção para discutir este problema, mas ainda não conseguimos contornar a situação”.

A professora mostra-se sensível a situação dos alunos com problemas para acompanharem as aulas de educação física. Preocupação que se reflecte na sua abertura em permitir que alunos assistam às aulas mesmo quando chegam atrasados. “Sei que moram muito longe e às vezes atrasam por causa do transporte, o que é normal”, diz.

Apesar da sua disciplina ser apontada como uma das causas do insucesso escolar das crianças que moram distante da escola, Varela considera a disciplina importante para o desenvolvimento integral da criança e adolescente, por ser “a base para as grandes competições desportivas”. Apesar disso, sugere que, diante do problema dos alunos e na falta de alternativas, a aula de educação física seja substituída por outras ocupações, como aulas de costura.

Mas a situação dos alunos podia melhorar se a Câmara Municipal alterasse o sistema de transporte escolar que vem funcionando, mesmo com algumas carências. É que, segundo uma fonte escolar, a Câmara Municipal de Santa Cruz apoia a escola com duas viaturas (Toyota Hiaces) para transportar os alunos exclusivamente para assisti-

rem as aulas “normais”. “Para educação física o transporte está fora de questão”.

A solução mais apontada por todos, professores e discentes, seria mexer no horário e levar sobretudo que os alunos de localidades mais distantes fossem não só concentrados no período da manhã, mas também pudessem ter aulas de Educação Física concentradas nesse horário.

Segundo o sub-director administrativo da escola, Cunsa Lopes, este problema é antigo mas “a direcção do liceu está a estudar a possibilidade de colocar as aulas de educação física no mesmo período das restantes disciplinas. Entretanto existem algumas dificuldades por causa de falta de espaços para praticar o desporto”, dispozo a escola de “apenas de um campo e duas placas sendo uma da Câmara Municipal”.

A Bornefonden, uma instituição de carácter Comunitário que trabalha com crianças, já teve alguma intervenção nesta matéria. Mas segundo a sua responsável em Pedra Badejo, Delfina Vera Cruz, esta é uma questão que, para ser resolvida, tem que contar com o envolvimento de todos, “ONGs, a Câmara, o Ministério da Educação e, inclusive, os pais. Vera Cruz afirma que está a ajudar seis estudantes que passam por esta situação, dando apoio nos transportes. Mas, segundo a mesma fonte, todos os dias aparecem mais pais solicitando apoios, “que infelizmente a instituição não pode ajudar”.

Aidê Carvalho

Menina atingida a tiro à porta de casa

A onda de violência que assola a capital do país continua a fazer vítimas. Desta vez a atingida foi Élvia Simone Teixeira, de 18 anos de idade, baleada à porta de casa, na Achada de Santo António e na presença da mãe. O tiro atingiu-lhe a região cervical (pescoço), junto ao ombro esquerdo e Simone foi de imediato transportada para o Hospital Agostinho Neto, quase inconsciente e com muita hemorragia.

A agressão com arma de fogo aconteceu, esta semana, depois de uma troca de ofensas verbais entre Maria Teresa Ramos (mãe da Simone), e o agressor, Victor Mendes Monteiro, mais conhecido por Sousa. Segundo testemunhos de quem estava no local, Simone, como é conhecida, “recebeu o tiro que se destinava à mãe”. Esta, no entanto, tem outra opinião, porque é a segunda vez que o agressor, Manuel Sousa Monteiro, mais conhecido por Sousa, dispara contra a filha. “A primeira vez aconteceu há 3 anos atrás, mas felizmente a bala não acertou a menina. O caso foi para o

tribunal mas a justiça não foi feita”, conta com desilusão Maria Ramos.

Segundo os familiares da Simone, o agressor, na casa dos 60 anos, foi preso um dia depois desta agressão e, algumas horas mais tarde encontrava-se já solto e ameaçando também o irmão da vítima.

Indignada com a situação, Ramos procurou novamente a polícia para saber o que teria sucedido para o agressor não estar preso. “Saiu sem que percebêssemos” foi a justificação dada pela Polícia, segundo conta Maria Ramos. E por isso ela recrimina os polícias pela “falta de competência”.

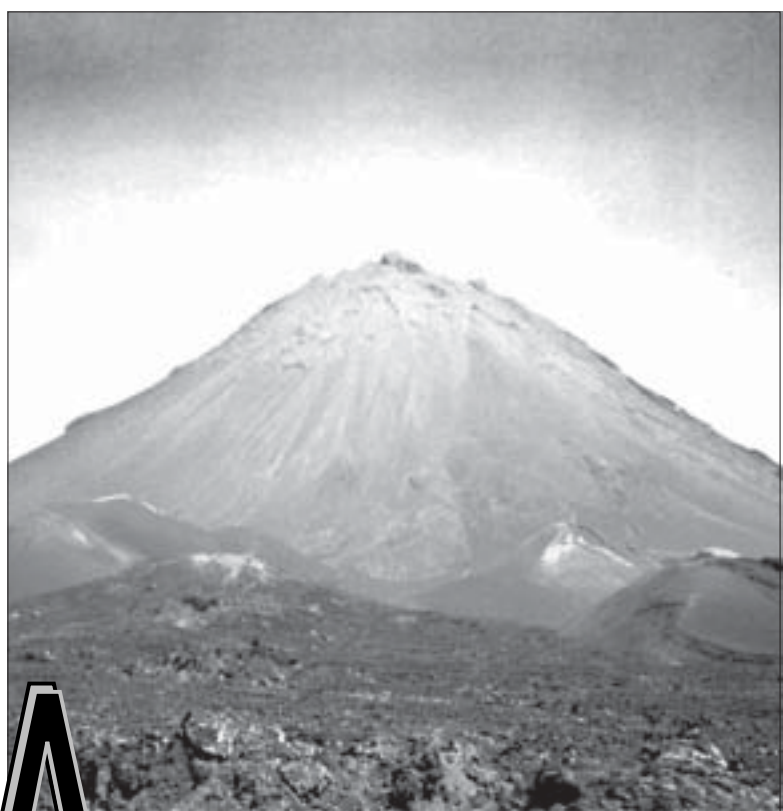
Em defesa, o Comandante da POP, Daniel de Pina, que diz desconhecer essa “frega” relatada por Maria Ramos e garante que “o agressor está preso e o processo já se encontra na Brigada de Investigação Criminal”. Daniel de Pina embora confirme que Sousa tem cadastro criminal, escusou-se a avançar mais informações enquanto não tiver em mãos o relatório clínico.

Segundo informações médicas, Simone está fora de perigo, mas aguarda uma intervenção cirúrgica para lhe ser extraída a bala.

A população da Achada de Santo António diz que há muito tempo Sousa vem ameaçando toda gente com pistola, tendo inclusive disparado contra própria esposa. Dessa vez, a bala passou por entre as pernas da mulher, perfurando apenas o avental que trazia amarrado à cintura. E este é apenas uma parte de muitos episódios de tiros que vêm acontecendo no bairro tendo Sousa como protagonista, conforme constatou **A Semana** junto da população daquela localidade. E é o próprio comandante Daniel de Pina a dizer que tem informações que o agressor “é um amante das armas de fogo”.

A família da vítima pede que seja feita justiça. E porque consideram Sousa “um psicopata”, há quem ameace, caso não forem tomadas medidas, fazer justiça com as próprias mãos.

AC



As ilhas de Cabo Verde, todas sem excepção, devem ser consideradas como vulcanicamente activas. Quem o afirma é o geólogo dinamarquês Paul Holl, em sua apresentação no workshop internacional sobre vulcanismo que, desde segunda-feira, reúne na vila de Santa Maria especialistas em sismologia, geofísica e geologia. Outro cientista defende que a ilha do Sal já foi afectada por um fenómeno semelhante ao recente tsunami ocorrido no Oceano Índico. Enfim o encontro do Sal que reúne 60 cientistas de 11 países — como Alemanha, Cabo Verde, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Itália, Japão e Portugal - por iniciativa do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica e do Instituto Superior Técnico de Lisboa, estes em parceria com a Universidade de Bristol em Inglaterra e o Museu de História Natural do Luxemburgo promete revelações surpreendentes, para o nosso país e para o Oceano Atlântico. O evento encerra hoje, sexta, com a apresentação do relatório que faz importantes recomendações ao país.

Perigo de actividades vulcânicas em Cabo Verde

A descoberta de alguns prováveis cones vulcânicos submarinos nas proximidades da Brava faz daquela ilha a mais activa sismicamente. Esta é uma das “verdades científicas” a constar do relatório, tal como a descoberta, segundo o geofísico cabo-verdiano Bruno Faria, do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, de um cone de grandes dimensões em Santo Antão.

Estes descobertas são resultado de dois cruzeiros de geofísica marinha promovidos por laboratórios de investigação na Alemanha e Inglaterra, com o objectivo de definir bem a forma dos fundos oceânicos em torno das ilhas de Cabo Verde, de acordo com um dos organizadores desse encontro de cientistas, o sismólogo por-

tuguês João Fonseca, do Instituto Superior Técnico de Lisboa.

Pela análise dos dados recolhidos, este cone de Santo Antão é muito recente. “Não se tinha até agora notícia da sua existência”, adianta Faria, que também participou dos cruzeiros. Daí este geofísico pedir ao governo cabo-verdiano “para que leve a sério estas descobertas, no sentido de promover planos eficazes de prevenção de catástrofes naturais bem como a continuação desses estudos”.

Outra descoberta, referida no encontro, é a de um tsunami. De acordo com o cientista inglês Simon Day, investigador da Universidade de Santa Cruz, Califórnia, pelos depósitos que encontrou nas proximidades de Buracona, a ilha do Sal terá sido

atingida, em algum tempo da história, por um tsunami.

Day admite que é sempre difícil para uma investigação ainda em curso averiguar os possíveis depósitos (rastros) desse tipo de fenómeno, como pedras, corais, areia, etc. Mas, para ele, restam poucas dúvidas quanto a se tratar de vestígios de um antigo tsunami. “Há que se fazer um estudo para precisar a dimensão e a data em que terá ocorrido tal fenómeno sísmico”, enfatiza. “O facto é que estes depósitos estão aqui, e mostram que há uma possibilidade de os tsunamis se gerarem no Atlântico, mesmo que sejam raros nesta região do globo”.

O único fenómeno desse tipo, que assumiu grandes dimensões nessa região, ocorreu em 1755, na costa de Portugal,

mas já houve vários outros de pequenas dimensões, de acordo com Day. O cientista inglês também coloca a hipótese de ocorrerem tsunamis na costa africana e da América do Norte, daí deixar o conselho para os países do Atlântico se unirem no sentido de conseguirem um sistema de alarme de tsunamis, semelhante aquele que se está a preparar para os oceanos Índico e Pacífico. “Se na altura houvesse um sistema desses naquela região, muitas vidas teriam sido salvas”, conclui.

O encontro é patrocinado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal, Fundação Gulbenkian e Associação Internacional de Vulcanologia, IAVCEI.

Kaunda Simas

PORTO NOVO

Zona do Quartel poderá ser alienada

A zona do antigo Quartel, no Alto de Peixinho, poderá ser vendida a privados para a construção de infra-estruturas que sirvam à futura cidade do Porto Novo. Essa hipótese foi admitida tanto pelo Ministério da Defesa, proprietário do referido património, como pela Câmara Municipal do Porto Novo. Só que, antes de se definir o destino a ser dado aos terrenos, terá de existir um projecto social para realojar as 24 famílias que vivem nas dependências daquele antigo aquartelamento militar.

Ao que tudo indica, já existem alguns privados interessados na zona do antigo Quartel do Porto Novo, Santo Antão, para ali construir infra-estruturas urbanas, mesmo porque se trata de uma zona nobre da vila do Porto Novo. Mas na última visita que efectuou à ilha de Santo Antão, o Ministro da Defesa e dos Assuntos Parlamentares, Armindo Maurício, deixou bem claro que tudo será feito com calma suficiente para que sejam salvaguardados os interesses da futura cidade do Porto Novo.

Entretanto, aquele governante reiterou que, caso o Ministério da Defesa decida vender os terrenos do antigo Quartel, serão respeitados os métodos de alienação de qualquer património. Isto é, quem quiser comprar os terrenos, independentemente de ser um privado ou uma instituição pública, tem de apresentar ou o valor monetário correspondente à avaliação do referido bem ou as ga-

rantias bancárias. Falando mais claro, se a Câmara Municipal do Porto Novo tiver uma proposta para lotear a citada zona, terá primeiro de arranjar recursos para comprar o referido quartel.

Seja como for, a edilidade portonovense não se opõe à ideia de alienar os terrenos daquela zona a um grupo privado, de acordo com o presidente da Câmara. “Devo ressaltar, contudo, que este património será incluído no Plano Urbanístico; e qualquer que seja o seu destino terá de respeitar este plano e as regras gerais de edificação dentro do território municipal”, refere Amadeu Cruz.

Aquele autarca sublinha que todas essas questões devem ser resolvidas pelo diálogo entre o Ministério da Defesa e a Câmara, pois está em jogo a futura harmonia urbana do Porto Novo. “Há muito que falar sobre esse assunto porque, mesmo havendo provas que aquele património pertence ao Ministério, temos uma palavra a dizer antes que seja definido o destino da zona do quartel. E disso não abrimos mão”, explicita o edil.

Antes porém, as instituições envolvidas terão de arranjar uma maneira de realojar as 24 famílias que moram nas dependências do antigo quartel há vários anos. Sabe-se que a Câmara chegou a iniciar um trabalho de levantamento das condições sócio-económicas de cada agregado familiar que reside naquela antiga região militar, só que o mes-

mo foi suspenso tão logo se soube que o Ministro da Defesa já havia arrancado com o processo de catalogação do património.

Daí, o presidente da Câmara entender que, se o Ministério da Defesa alienar os terrenos, quem assumirá a responsabilidade de realojar aquelas famílias é o próprio MD. Mas o ministro Armindo Maurício defende que as pessoas devem ser “devidamente alojadas no âmbito de um programa social” com o envolvimento “do Ministério do Trabalho e Solidariedade, da Câmara Municipal e de outros parceiros”.

Trata-se, de resto, de uma questão complexa, pois há suspeita de que alguns residentes nas dependências do antigo quartel têm casas em outras zonas da vila do Porto Novo, em aluguer, e só estão naquele sítio à espera de uma eventual moradia social. E era justamente essa dúvida que a Câmara local pretendia esclarecer durante o levantamento da condição sócio-económica daquelas famílias, afirma Amadeu Cruz.

De referir que o citado quartel foi construído no longínquo ano de 1932, pela administração colonial portuguesa, e desactivado 50 anos depois pelo governo do partido único. Anos mais tarde, algumas famílias portonovenses procuraram abrigo nas suas dependências, dando origem a esse problema social que continua por resolver.

João Almeida Medina

Os empresários belgas que efectuavam uma visita de prospecção do mercado em São Vicente, desde a última sexta-feira, deixaram anteontem o país satisfeitos com as condições e infra-estruturas existentes na ilha e agendaram o seu regresso para os primeiros dias do mês de Maio, para concretizar investimentos que rondam os cem milhões de dólares. Antes, entre 20 e 25 de Abril, o grupo e o presidente da Cabo Verde Investimentos encontram-se em Washington para, em reunião com o Banco Mundial e outras instituições financeiras, mobilizarem os meios financeiros necessários à criação de quatro sociedades no Mindelo: transbordo de contentores, Fly Business Operation (FBO), montagem de camiões e autocarros da marca Kamaz, e, enfim, a marina.

Belgas vão investir mais de 100 milhões USD em São Vicente

Cem a 120 dias é o prazo avançado por empresários belgas às empresas Enapor, ASA e à Agência de Investimentos para começarem a operar em Cabo Verde. Num sinal de boa vontade e porque "time is money", esses operadores económicos já identificaram vários espaços para alugar, nomeadamente as instalações da antiga Growela, que deverá acolher a parte logística dessas sociedades, e reservaram três lotes de cinco mil metros quadrados na Zona Industrial do Lazareto (ZIL), que deverá receber a unidade de montagem de camiões e autocarros provenientes da Rússia que serão posteriormente exportados para países da África Ocidental, entre os quais a Costa do Marfim, Côte d'Ivoire.

Mas, para se chegar a esta fase concreta, segundo o presidente da CI, Paulo Monteiro, foi necessário uma semana intensa de encontros e reuniões. "Fizemos acções junto dos bancos, visitámos a ZIL onde irá ficar a unidade de montagem de camiões e autocarros Kamaz, que é uma marca bastante conhecida, reunimo-nos com a Enapor para acertar os detalhes do projecto de transbordo de contentores e da marina, em que estão muito interessados, e com a ASA. Neste último encontro em particular, falaram da transformação de São Pedro num aeroporto internacional e na criação de uma empresa de manutenção de aviões Jet, Fly Business Operation (FBO)", enumera Monteiro. E para mostrar que não estão para brincadeiras, esses em-

presários, que vieram no seu avião particular acompanhados de advogados, negociaram com a ASA o aluguer da infra-estrutura de embarque e desembarque de passageiros do actual aeroporto de São Pedro para sediar a sua empresa de FBO.

A ideia destes empresários, que tinham uma forte presença na Costa do Marfim mas que, por causa da instabilidade política desse país, querem transferir todos os seus investimentos para o nosso arquipélago, é transformar Cabo Verde numa plataforma de apoio. "Fazer de Cabo Verde uma plataforma de apoio foi sempre um sonho. É o que chamamos em linguagem económica 'Gateway Economy', através do modelo ar, mar e terra. A parte ar será ocupada pela empresa de manutenção de Jets, a terra abarca a construção e montagem de automóveis e utilitários ligeiros e o mar a marina, o transbordo de contentores e outros projectos que poderão vir no seguimento desses".

Ventos favoráveis a Cabo Verde

O presidente da CI acredita que, a par da sua experiência na Costa Ocidental Africana, estes empresários vieram para Cabo Verde por duas ordens de razões: uma a estabilidade política e institucional que o país oferece e, outra, a sua localização geográfica no cruzamento dos três continentes. "Todos estes factores se conjugaram a nosso favor. Jun-

ta-se ainda a estes itens "menos concretos", a estrutura de custos praticados em Cabo Verde e algumas infra-estruturas que não existir cada vez em melhores condições", avalia Monteiro, lembrando que ao visitarem a Enapor ficaram impressionados com a estrutura técnica de qualidade, e no encontro com responsáveis da ASA se congratularam com o aeroporto internacional de São Pedro.

Mas todos esses investimentos são, no entender deste responsável da CI, os primeiros resultados de uma aposta fortíssima que esses empresários pretendem fazer em Cabo Verde. Em termos práticos, segundo Monteiro, significa a criação de empregos e, como são empresas viradas para a exportação, reforçam grandemente a nossa balança de pagamentos. "São impostos que entram e que desafogam as finanças públicas. Por outro lado, na esteira desses investidores virão muitos outros porque são pessoas com ligações às redes internacionais. Um outro aspecto, talvez o mais importante, é que Cabo Verde está a diversificar os seus parceiros", assinala Monteiro, lembrando que Cabo Verde esteve sempre atrelado a Portugal, o que levava o país a uma certa rotina. Agora, de uma arrancada, aparecem interesses da China, Macau, Angola, França e Bélgica, facto que inclusive poderá levar Portugal a ter uma outra percepção de Cabo Verde.

Em relação ao emprego, em particular, a expectativa é que essas quatro sociedades re-

crutem funcionários com nível superior, engenheiros por exemplo, que deverão deslocar-se aos EUA e Filipinas para receberem formação especializada ou, como se diz na linguagem económica, fazerem o seu upgrade. Com isso, frisa Monteiro, Cabo Verde, e São Vicente em particular, passa a ter condições de formar uma classe média, que é indispensável em qualquer sociedade, porque tem valor e ganha dinheiro. "Cabo Verde precisa colocar esse tipo de mão-de-obra. Dizemos repetidamente que a nossa riqueza é o capital humano, mas é preciso que ela tenha experiência porque isso atrai outras empresas".

Por tudo isso, a CI que, na opinião do seu presidente está com uma atitude pró-activa, faz uma avaliação extremamente positiva desta missão. Isso porque, observa Monteiro, Cabo Verde tem mercado para receber esses investimentos, há um calendário pré-definido e o país começa a enveredar por outras áreas, a par do têxtil tradicional. E há ainda o efeito demonstração que permite aos investidores perceber que Cabo Verde está a exportar produtos e serviços. "Nesta zona havia uma empresa, de nome Veritas, que fazia a manutenção dos Jet. Esta empresa desapareceu do mercado africano. É este espaço que a FBO vai ocupar. E é bom sempre ressaltar que há uma frota formidável de Jets que cruzam a nossa FIR, sobretudo originários dos EUA", conclui Monteiro.

Constância de Pina

ULTIMATO DA ALEMANHA

Governo e municípios preparam uma reacção concertada

As autoridades cabo-verdianas ainda não reagiram à ameaça velada da Alemanha de suspender o financiamento ao abastecimento de água às ilhas do Fogo e da Brava, na sequência da destituição do director da empresa Aguabrava pelo Conselho Directivo da Associação dos Municípios da região, sem consultar os parceiros do projecto. O director-geral da Cooperação Internacional, Júlio Morais, a quem foi endereçada a missiva assinada por dois responsáveis do banco KfW, informa que as autoridades cabo-verdianas estão a aguardar uma resposta desses municípios para adoptar uma posição concertada.

A notícia foi avançada por **A Semana** na sua edição anterior. Nela, o jornal dava conta, citando a missiva alemã, que os responsáveis do banco KfW, que financia os projectos de abastecimento de água na região, lamentavam a ausência de uma consulta prévia aos parceiros antes de se decidir pela destituição da direcção da Aguabrava e levantavam dúvidas

sobre a continuidade desses mesmos projectos. E mais, fixavam um prazo, 15 de Abril, para as autoridades cabo-verdianas aumentarem a cotação da água para a agricultura e a entrada em vigor de medidas compensatórias à aplicação da actual tarifa. Além disso, impõem os alemães que para alterar os estatutos e nomear uma nova direcção da Aguabrava só com a "luz verde" da parte alemã, que exige ainda da Câmara de São Filipe a cedência de um lote de terreno adequado para construir uma oficina e armazém para a Aguabrava.

Apesar do tom seco e autoritário desta missiva, Júlio Morais assegurou a **A Semana** que vai-se fazer o possível para conservar esta cooperação, que está na sua recta final. Até porque, prossegue, esta não é a primeira crise que enfrenta e sempre salvaguardou a relação e o apoio da Alemanha ao desenvolvimento de Cabo Verde, sendo certo que o país está à procura de outras modalidades de cooperação e de diversificar seus parceiros. Uma outra fonte, menos

cortês, prefere destacar a forma como a Alemanha quer forçar as autoridades nacionais a aumentar o preço da água, sem se importar em sufocar os agricultores de Fogo e Brava, apenas para tornar a Aguabrava rentável. "O curioso é que o governo de Cabo Verde subvenciona a diferença. Mas a Alemanha não aceita que o governo pague a factura. Querem esmagar os agricultores da região".

Quanto aos problemas de relacionamento entre a direcção da Aguabrava e os municípios da região, a mesma fonte garante que, na prática, quem gere essa empresa é a Cooperação Alemã e que, por causa disso, os municípios são confrontados com várias situações bizarras destacando-se de entre elas, os recentes cortes no fornecimento de água ao município de São Filipe. "Os problemas foram-se afunilando até ao ponto em que a única solução possível era a ruptura. Agora esses municípios terão de se posicionar e arcar com as consequências", conclui. CP

Todos contra o SARAMPO

Os dados ainda são provisórios mas dizem muita coisa, sobretudo quando se está em vésperas do arranque de uma campanha de vacinação contra o sarampo. De acordo com esses dados, da direcção de saúde reprodutiva, a taxa de cobertura vacinal contra o sarampo não é famosa, isto apesar das campanhas dos anos anteriores.

Em alguns municípios de Cabo Verde a cobertura das crianças, em matéria da vacina contra o sarampo, estará longe, muito longe do ideal. Por exemplo, São Domingos regista menos de 40 por cento das suas crianças vacinadas contra essa doença. Em Calheta S. Miguel, a cobertura ronda os 40 por cento. Mas se nesses concelhos pode estar a dar-se o caso de as mães estarem a deslocar-se para concelhos vizinhos, onde procuram atendimento de saúde para os seus filhos, explicando-se, assim, a sua reduzida cobertura do respectivo concelho em matéria de vacina contra o sarampo, relativamente ao Maio, só com 47,4 por cento de crianças vacinadas contra o sarampo, as explicações ficam mais difíceis.

São números que, somados, fazem com que Cabo Verde tenha, isto relativamente aos dados provisórios de 2004, uma taxa de vacinação contra o sarampo de apenas 69,4 por cento. E se a isto acrescentarmos o facto de que, mesmo entre as crianças vacinadas há aquelas em quem a vacina não tem o

efeito esperado - por diferentes razões -, é quase a metade da população do país que corre o risco de contrair o sarampo, despoletando uma epidemia.

E é para travar uma luta do género, "aumentar a imunidade da criança, diminuir a circulação do vírus e a hipótese de uma epidemia", segundo as palavras da médica Yorleydis Rosabal, que o Ministério da Saúde arranca, na próxima semana, com uma campanha de vacinação contra o sarampo. Uma campanha integrada nas actividades que comemoraram mais um dia mundial da saúde, que este ano é celebrado sob o lema "Dê a cada criança e a cada mãe a sua chance".

Porque o objectivo fica difícil quando os pais não seguem a lógica normal de vacinar os seus filhos, feita nos serviços de saúde a nível nacional, decidiu-se avançar com mais uma campanha que, segundo a nossa entrevistada, pretende chegar a cerca de 50 mil crianças, catapultando para 95 por cento o índice nacional de vacinação contra o sarampo. Um índice que reduz na mesma proporção qualquer risco de epidemia.



Mas, porque sabe que não bastam campanhas pontuais para eliminar esse risco da realidade sanitária do país, Yorleydis Rosabal fala da necessidade de "uma procura activa de quem não cumpriu todo o calendário de vacinação" além de recomendar aos técnicos afectados às unidades sanitárias de base "uma maior sensibilização dos pais". Algo que, deixa entender a nossa entrevistada, "de certa maneira não tem funcionado bem". E Rosabal acredita que, se houvesse uma inspecção mais presente, os problemas a esse nível seriam na sua maioria ultrapassados.

Ainda há tempo: A campanha tem início oficial no próximo dia 11 de Abril, segunda-feira, e vai estender-se até ao dia 18, não havendo, entretanto, vacinação no fim-de-semana. Essa iniciativa vai beneficiar crianças dos nove meses aos cinco anos incompletos.

A queda de um homem

"É preciso sinalizar as caves das obras". Este é o alerta de Silvestre Sequeira, responsável da distribuição terrestre da Enacol em Santiago que, numa noite de apagão da Electra, caiu num buraco de "seis metros" no Palmarejo. A **Semana** acompanhou o regresso a casa do acidentado, depois de um mês de internamento no Hospital Agostinho Neto. Ao responder assim ao recado que, através do "Expresso das Ilhas", Silvestre lhe tinha mandado, este jornal envia o claro sinal de que só os seus amigos, colaboradores e leitores lhe fazem "bodona". E que a modéstia cá em casa começa por estarmos atentos aos recados de todos os que mantêm viva a chama de **A Semana** nestes quase 14 anos de vida e de jornalismo em prol das ilhas. Venham de onde vierem.

É sábado de manhã. Silvestre Sequeira sai do HAN. No braço direito engessado traz as marcas do acidente de que foi vítima no passado dia 5 de Março, quando caiu no buraco não sinalizado de umas obras no Palmarejo.

No carro que o leva a casa estão três amigos que repetem, em jeito de desabafo, "a vida tem destas coisas". Um deles, Fernando Jorge, foi um dos que socorreu o sinistrado na noite da queda. "Quando o encontramos, ele mal podia falar e perdia muito sangue", recorda.

Por entre comentários, o carro avança no frenesim de fim-de-semana, até chegar à Achadinha. São várias as pessoas que lhe acenam ao longo do caminho até casa, onde o aguarda a mãe. Feitas as saudações, o grupo de amigos senta-se então na sala de estar, em torno de uma pequena mesa. Em breve chegarão cervejas para comemorar o regresso.

Enquanto come amendoins e bebe um sumo ("Estou de dieta, não posso beber álcool"), Silvestre Sequeira conta: "Na noite da queda, tinha combinado com um amigo meu que mora no Palmarejo ir buscá-lo a casa. Era um sábado e aquela zona estava toda às escuras. Quando parei o carro em frente à Dona Erago, dirijo-me para o que pensava ser o passeio. Foi então que caí subitamente num buraco de uma obra, com cerca de seis metros de profundidade. Como caí, fiquei. Não me podia mexer".

Entretanto, sem imaginar sequer o que tinha ocorrido, o amigo continuava à espera da boleia. Passado algum tempo, intrigado com a demora de Silvestre Sequeira, desceu então à rua, onde encontrou o carro estacionado, mas nenhum sinal do condutor. Foi nessa altura que um guarda lhe disse que tinha ouvido alguém ou alguma coisa a cair no buraco do outro lado da rua, mas que não tinha ido ver o que era "com receio que fossem ladrões", conta.

Aproximando-se do local, esse colega ouviu então, vindas do fundo da cave, algumas palavras balbuciadas pelo sinistrado, o que confirmou as piores suspeitas. Foram logo chamados mais dois amigos de Silvestre Sequeira que desceram também à cave, para o socorrer. Guiados pela voz fraca do acidentado, e iluminados por telemóveis e pequenas lanternas, acabaram por encontrá-lo e levá-lo para o hospital, onde lhe foram diagnosticadas duas fracturas expostas, no pulso e cotovelo.

No momento em que aproveita os primeiros instantes em casa, depois do período de internamento, Silvestre Sequeira afirma que vai agora mover uma acção em tribunal "contra as entidades que permitem a existência destas autênticas armadilhas que põem em causa a segurança dos cidadãos". A construtora, os serviços municipais de fiscalização e "todos os outros que também tenham responsabilidade por esta situação" serão alvo do que diz ser a "luta pelos meus direitos".

Segundo o mesmo, "logo na segunda-feira seguinte a construtora começou os trabalhos nessa cave, para dar a impressão que a obra estava em curso". Actualmente, aponta, "a cave já está completamente vedada".

Para Silvestre Sequeira, "num momento em que se fala tanto de segurança, há que compreender que não basta tirar armas ou prender criminosos; a criação de condições para andarmos na rua sem receio de que nos aconteça uma coisa como a que me aconteceu é também uma questão de segurança de cidadão".

Durante este próximo mês, Silvestre Sequeira ficará de baixa. Falta agora tirar os pontos do punho e fazer muita fisioterapia. "O meu braço direito, com o qual trabalho, nunca mais vai ficar cem por cento", afirma. "No entanto, o importante é que isto que me aconteceu seja visto com atenção, para que nunca mais ocorra", defende.

Sexta-feira, 08 de Abril de 2005

São Miguel quer saneamento básico

A falta de saneamento básico na Calheta de São Miguel vem causando muitas preocupações aos munícipes. O mau cheiro dos animais abatidos em plena vila, onde os esgotos correm a céu aberto, e o lixo que se concentra bem próximo das casas e das crianças, é um factor que piora a vida dos que aí moram e também dos visitantes da vila.

Quem passa junto ao mercado municipal, em Calheta São Miguel, sente o ar pesado pelo mau cheiro proveniente dos restos de animais abatidos e deixados no chão. As águas sujas despejadas pelas ruas e o sangue espalhado junto à porta do mercado. Complicam ainda mais a situação. E os moradores do concelho que, no dia-a-dia, são obrigados a conviverem com a sujidade ou, como eles dizem, com tal "nojeira". Protestam, sem resultados à vista.

Segundo uma moradora da vila, este problema é já do conhecimento de todos, afirmando que já chamou "a atenção dos responsáveis municipais que viram de perto o que se estava a passar. Mas até agora nada fizeram, enquanto as nossas crianças correm o risco de apanhar infecções".

E há quem tenha sido mais duro nas suas críticas ao dizer que o saneamento no concelho "é uma vergonha para os calhetenses, que ainda não começaram a se organizar e a comportar-se como cidadãos de uma vila".

Salta à vista que o mercado, localizado no centro da vila, representa uma ameaça à saúde pública devido à falta de saneamento. Lugar onde se faz o abate de quase todo o tipo de animal e, simultaneamente, de venda de outros produtos alimentícios, o mercado peca pela notória falta de condições de higiene, colocando em risco principalmente a saúde das crianças que por ali circulam.

Segundo uma fonte municipal, a Câmara Municipal não tem nenhum plano de saneamento. "O problema do saneamento é o matadouro e espera-se que com a transferência dos açougueiros para o matadouro novo, construído em Monte Terra (Veneza), a situação venha a melhorar", diz.

Mas os moradores são unânimes em declarar que o problema do saneamento no concelho não fica apenas pela questão do matadouro, mas também "por existirem poucos contentores de lixo e quando existem são de pequena dimensão". O tempo que demoram para retirar o lixo dos contentores é outro problema, pois apenas um contentor pequeno para suportar o lixo de cerca de cinco famílias manifesta-se insuficiente. Em conversa com este jornal, o edil João Duarte disse que a ajuda de 75 contentores por parte da Associação de Amizade Deutsch Wagan, da Áustria, vai "melhorar o saneamento" do concelho.

Contudo, os moradores acham que não são apenas os contentores que vão contribuir para reduzir o problema do saneamento no concelho e questionam: Porquê, estando o novo matadouro já pronto, os açougueiros ainda não se transferiram para lá?

João Duarte responde que o matadouro ainda está a ser equipado e que prevê tê-lo em condições de funcionamento ainda este mês de Abril. "Só depois de transferirmos o matadouro para Monte Terra é que poderemos implementar o plano de saneamento", explica o autarca, para quem o principal problema de saneamento no concelho é o facto de o actual matadouro se situar no mercado municipal, onde "as pessoas matam os animais e deixam todo o tipo de restos no chão".

AC

CONHEÇA A SUA SITUAÇÃO EM RELAÇÃO AO VIH/SIDA: FAÇA O SEU TESTE



A Polícia de Ordem Pública da Boa Vista tem no terreno, desde 25 de Março último, uma operação especial para não só tentar recuperar produtos roubados como também encurralar prováveis suspeitos da prática de furtos e roubos. Esta acção da autoridade policial boavistense, segundo o comandante da esquadra local, Alberto Mendes, vem na sequência de vários roubos e furtos efectuados na Boa Vista, e que são, na maioria das vezes, praticados por pessoas originárias de outras ilhas.

POP monta operação anti-roubos

E os primeiros resultados desta operação policial são bastante satisfatórios, pelas contas do comandante Mendes. Entre 25 e 28 de Março, foram recuperados uma moto-bomba de 150 mil escudos, 90 cassetes que tinham sido subtraídas de um vídeo-club e avaliadas em 135 mil escudos e dois colchões ortopédicos. Depois disso, ainda no dia 30, a POP resgatou, entre outras coisas, uma mini-aparelhagem de som, um rebobinador de vídeo-casse-

te e uma moto-bomba. "Tínhamos fortes suspeitas e resolvemos montar uma operação que, felizmente, resultou porque conseguimos recuperar uma série de coisas. As investigações vão prosseguir porque ainda temos denúncias de furtos que precisam ser esclarecidos", afirma Mendes, para quem, além de recuperar parte significativa dos roubos, a POP conseguiu encurralar pelos menos três suspeitos, todos naturais de Santiago - nasceram na Praia,

Santa Cruz e Calheta -, e com residência na ilha das dunas há vários meses.

A par desta operação, a POP mobilizou ainda todo o seu efectivo para uma acção no "Djéu" da Boa Vista, onde desconfiava pudessem estar escondidos outros suspeitos. "Fomos de bote ao Djéu mas, infelizmente, não encontramos nenhum dos suspeitos. No entanto, encontramos vários indícios da passagem de pessoas pelo local", revela Mendes, que

justifica esta actividade extra da POP como uma forma de dar mais tranquilidade à população da Boa Vista, cansada dos vários roubos e furtos de que tem sido vítimas. "Mas é bom realçar que, numa percentagem expressiva, esses casos são esclarecidos. E, neste caso em concreto, os suspeitos só não foram detidos porque há outras acusações que apontam em sua direcção e que vamos tentar apurar para caçá-los de vez", conclui. Constância de Pina

Sexta-feira, 08 de Abril de 2005

CASOS DA PJ

Computadores vendidos peça a peça

Um jovem cadastrado usou os seus conhecimentos informáticos para desmontar onze computadores e vender os seus componentes, por unidade, a pessoas residentes em S. Vicente e na ilha vizinha de Santo Antão. O indivíduo recebeu os microcomputadores, avaliados em 685 contos, para serem reparados mas, em vez disso, tirou as peças e vendeu-as uma por uma.

Segundo a Judiciária, todos os componentes dos onze PC's foram recuperados e montados novamente com o auxílio do próprio suspeito. Este caso arrasta-se desde Novembro do ano passado, data em que a primeira denúncia deu entrada na Judiciária. O crime foi agora des-

vendido na sua quase globalidade, passados quatro meses. Aliás, pende sobre o suspeito, um jovem de vinte anos de idade, a prática de furtos e roubo em estabelecimentos comerciais com a conivência de outros três colegas. O indivíduo ainda não foi preso para ser presente ao juiz pois, segundo uma fonte da PJ, falta juntar mais uma ou outra peça ao processo.

Um outro teenager "fez cabeça" com dois menores executando vários furtos na cidade do Mindelo. O jovem, de 17 anos, é agora acusado da prática de vinte crimes e encontra-se detido na cadeia de Ribeirinha. Foram recuperados pela PJ vários dos materiais desportivos subtraídos

no decorrer dessa onda de furtos.

Outros dois adolescentes acabaram nas mãos da Judiciária por suspeita de terem assaltado vários alunos dos liceus Ludgero Lima e Augusto Pinto, com recurso a armas brancas. A Judiciária conseguiu recuperar telemóveis e objectos em ouro no valor de cem contos.

Os suspeitos poderão ser indiciados pela prática de, pelo menos, vinte e oito assaltos nas imediações dos dois estabelecimentos de ensino, ocorridos sistematicamente ao meio-dia e às dezanove horas, coincidindo sempre com a hora em que os estudantes saem das aulas. Kim-Zé Brito

Os Cães da Discórdia

Moradores da Pretória nos Espargos, ilha do Sal, vêem a sua segurança ameaçada por cães rotweillers. É que uma família do bairro vem criando, há algum tempo, quatro cães rotweillers que, inclusive, já mataram dois cãesinhos de estimação e dois gatos, também domésticos. Os moradores temem que a próxima vítima possa ser um ser humano, uma criança ou um adulto. O último cãozinho sucumbiu ante um ataque em simultâneo das quatro "feras". O incidente provocou a revolta dos donos do último cãozinho morto, que além de entrarem com uma queixa na polícia orquestraram um "abaixo-assinado" para entregar às autoridades, pedindo medidas imediatas e a responsabilização dos donos dos cães.

O clima entre as duas famílias é tenso, com agressões físicas e verbais de parte a parte. Enquanto os ânimos não esfriam, essa disputa ameaça tomar contornos preocupantes, com os vizinhos das duas famílias desavindas no meio de um campo de batalha. É o caso de João Santos, que mora entre as duas casas e que diz lamentar o ponto a que chegou a situação. "No outro dia, as duas famílias altercaram-se, as pedradas vinham de parte a parte, e eu nem podia sair para o meu quintal, era pedra para tudo quanto é lado. Acho que parte do meu telhado deve ter-se partido neste episódio", conta. Aliás, para esse senhor, "o perigo maior no momento é de alguém se ferir seriamente nessa disputa".

Algumas testemunhas da briga contam que "até um Camping Gás" voou no dia do último incidente, há cerca de três semanas, pelos céus da Pretória, e Cristiano Centeio, uma das partes envolvidas na contenda, admitiu ter-se valido dessa "arma explosiva" na falta de pedra. Longe portanto vão os tempos que João Santos considerava a Pretória um bairro pacato em "que todos eram amigos". Aliás, é a amizade que o une a ambas as famílias que lhe impediu de assinar o tal "abaixo assinado". Mas é quase opinião unânime dos entrevistados que a disputa entre a família Centeio, dona do último cão morto, e os Soares, donos dos rotweillers, é antiga.

E agora surge um novo elemento a ativar essa zanga: os rotweiler. E é o certo que outros moradores do bairro mostram-se preocupados e temem que esses cães possam representar algum perigo para as muitas crianças e adultos que diariamente circulam por aquela zona. Vários são os testemunhos que dizem ter visto esses cães várias vezes sem trela, algumas até sem correntes, passeando na rua com os donos, ou com um dos dois rapazes pagos pelos donos para cuidar deles.

Margarida Spencer Brito, dona do cãozinho morto em Setembro do ano passado, relata que antes de atacar o seu animal de estimação, o rotweiler estaria com uma trela de que se conseguiu livrar-se, pois ela encontrou uma trela jogada no chão perto de sua casa, naquele dia. Margarida Brito nem

chegou a apresentar queixa na polícia, pois os Soares vieram prontamente pedir-lhe desculpas. E até "se prontificaram a me oferecer um outro cão, eu é que não aceitei. Eu prefiro arranjar o meu cão", lembra.

Ao contrário dos Centeio, ela deu o assunto por encerrado, mas concorda que os donos deveriam ter mais cuidado com esses rotweillers, porque "ninguém os impede de terem o cão que quiserem, mas as outras pessoas também têm direito a terem os seus animais de estimação. E antes que aconteça uma tragédia, porque agora foi um cão, mas nada garante que no futuro não seja um menino, ou mesmo um adulto, é preciso fazer-se alguma coisa" enfatiza.

Cristiano Centeio conseguiu recolher 84 assinaturas que diz ter levado, na semana passada, à POP e CM. Contactado por este semanário, Antero Alfama, vereador do Saneamento e Ambiente, confirmou que a questão é já do conhecimento da CM, que esta está a ponderar uma solução para o problema.

A família Soares, dona dos quatro Rotweillers, recusou-se a prestar qualquer declaração alegando, na pessoa de Anacleto Soares, não querer entrar em disputa pública com a família "ofendida", e que só se pronunciará sobre o assunto nas "instâncias públicas próprias". Entretanto, vai adiantando que tem as devidas licenças para ter esses cães aos quais são prestados todos os cuidados necessários. Kaunda Simas

Esquadra abandonada



Está em total abandono o inacabado edifício que deveria ser as instalações da Esquadra da POP em Eugénio Lima. Iniciada na segunda metade da década de 90, durante o segundo governo do MpD, a construção daquele posto policial parou a meio e agora, além de servir, de lixeira, zona de defecação e de consumo de droga, começa a esvair-se no tempo e no espaço. O mais caricato é que a dita construção urbana não consta, nem dos arquivos da POP, nem da Câmara Municipal da Praia, o que impede o reinício da sua construção.

Lixo por todo o lado, fezes aos montes, paredes com falta de blocos. É este o cenário que ao primeiro contacto nos salta à vista. Mas, analisado de perto, o quadro é ainda mais desolador, tal o panorama de destruição da obra que seria a Esquadra da Polícia de Ordem Pública de Eugénio Lima, um dos bairros mais problemáticos de toda a cidade da Praia.

Além de servir de maior depósito de lixo de todo o Eugénio Lima, o edifício tornado pardieiro tem "fornecido" boa parte dos materiais de construção que alguns populares têm utilizado para construir até mesmo casas clandestinas. Desde areia, brita (sobretudo logo depois de a obra paralisar) a blocos, inclusive, já colocados nas paredes, quase tudo foi roubado, reduzindo a obra a esqueleto de betão. Esse mesmo espaço, que seria o edifício de maior respeito no bairro, serve, paradoxalmente, de refúgio a delinquentes que utilizam o pardieiro para consumir todo o tipo de drogas.

Até este momento ninguém sabe ao certo a razão por que as obras de construção do posto policial de Eugénio Lima pararam. Há

rumores de que os donos da empresa construtora, teriam deixado o país com todo o dinheiro do projecto, informação, porém, não confirmada por este jornal. O certo é que a paralisação e o abandono da Esquadra da POP em Eugénio Lima desagrada e muito, aos moradores, que viam ali um forte recurso para a redução do índice de criminalidade no bairro - um dos mais elevados da capital - e zonas circundantes.

"É uma vergonha para toda a população de Eugénio Lima o estado em que se encontra aquela obra. E nós estamos a ser prejudicados duas vezes por essa construção: primeiro porque essa esquadra acabaria com muita delinquência em Eugénio Lima e está a fazer-nos muita falta; e depois, por ter sido abandonado, o pardieiro está a funcionar como depósito de lixo. Isto está mesmo feio", lamenta um morador que considera despropositado "o anúncio de que a POP vai abrir novas esquadras em Palmarejo e São Filipe, quando podia muito bem aproveitar o projecto de Eugénio Lima e edificar uma esquadra de raiz, sem ter de pagar renda de casa. Mas não, preferem abandonar esse pardieiro depois de se ter investido muito dinheiro para a sua construção".

Entretanto, o comandante-geral da POP nega que o projecto para a construção da Esquadra de Eugénio Lima esteja abandonado. "Este projecto continua de pé. Eu já fui lá e constatei, de facto, o estado degradante em que o pardieiro se encontra. Mas devo adiantar que estamos a promover diligên-

cias para retomarmos a sua construção", anuncia Augusto Pinheiro. O problema, entretanto, é que não há registos dessa construção nos arquivos da POP. "Até agora não encontramos nos arquivos da Polícia nenhum documento sobre a Esquadra de Eugénio Lima. Não temos sequer a planta de localização da obra e a Câmara Municipal da Praia também não tem nada no seu arquivo. Mas vamos continuar a procurar o projecto, porque é isto que tem impossibilitado o reinício da construção. Assim que tivermos os documentos, retomaremos os trabalhos para a construção da Esquadra de Eugénio Lima", assegura o comandante-geral da POP, que vai criar naquele bairro, já neste mês de Abril, um posto móvel da polícia para atender os casos mais urgentes.

Enquanto isso, o projecto da Esquadra de Eugénio Lima, que teria jurisdição sobre as zonas de Pensamento, Latada e São Pedro - continuará ao abandono. Ou seja, é dinheiro deitado fora. Até quando?

Segurança nos centros urbanos vai ser reforçada

A segurança continua na ordem do dia. E numa altura em que a sociedade civil e o sector público preparam uma manifestação pública contra a violência - adiada para a próxima sexta-feira devido às exequias do Papa - a recém-criada Equipa de Coordenação Operacional de Segurança, Ecos, reuniu-se na quarta-feira, 06, para estabelecer as acções concretas a serem levadas a cabo pela POP e pela PJ. Assim, o tráfico de droga, de armas, a falsificação de documentos e notas serão os grandes alvos da criminalidade da Ecos nos próximos tempos.

Esta primeira reunião ordinária da Ecos que foi presidida pelo ministro da Administração Interna, Júlio Correia, além de recomendar acções conjuntas da POP e da PJ com vista a devolver a tranquilidade necessária à população, projectou ainda a elaboração do Plano Nacional de Segurança, de acordo com o director-geral da Administração Interna, Alberto Barbosa.

Para já e das medidas em curso, e dentro do pacote legislativo elaborado pelo Governo e com alguns diplomas já apresentados à Assembleia Nacional, o destaque vai para a criação de três esquadras na Praia - uma no Palmarejo, outra em Achada São Filipe e uma terceira esquadra na Achada Eugénio Lima. Esta, depois de alguns anos em total estado de abandono (ver texto ao lado) vai finalmente ser recuperada.

Já Mindelo passará a contar com duas esquadras. Naquela cidade o posto policial de Fonte de Inês será elevada à categoria de esquadra enquanto que uma segunda será montada de raiz, na localidade de Monte Sossego.

Quanto aos meios, transporte e comunicações, Alberto Barbosa garante que o Governo já disponibilizou todos os recursos necessários, com destaque para a Praia. A cooperação internacional também vai dar uma ajuda no combate ao crime. E há já sinais positivos de que Cabo Verde irá receber meios que deverão estar no país o mais tardar até Maio

Sexta-feira, 08 de Abril de 2005

Turim e clientes chegam a acordo

O conflito entre a Turim SA, e os clientes "descontentes", parece estar a chegar ao fim, antes mesmo de baixar a sentença do Supremo Tribunal da Justiça sobre o caso. O casal Alinho, uma das famílias insatisfeitas com a empresa gestora do Aldeamento Turístico da Murdeira (ver edições 643 e 707), depois de uma negociação mediada pelo Procurador Regional da República, José Carlos Correia, chegou a um "ponto de entendimento" com o gabinete jurídico da Turim SA, e terão já quitado o montante da alegada dívida para com a empresa. Será o fim de



uma guerra que se arrasta desde o ano passado? Os representantes da Murdeira esperam que sim. Já José Alinho que preferiu não dar declarações, apenas disse que ainda espera pela decisão do STJ.

A família Alinho, que foi sempre uma das mais eloquentes nas suas reivindicações, pagou, na semana passada, de acordo com o advogado da empresa Turim, Amadeu Oliveira, uma quantia rondando os 200 mil escudos. Quantia que, de acordo com Oliveira, "nem sequer é significativa". Para este causidico, "é lamentável que as coi-

sas tenham chegado a agressões físicas e derramamento de sangue por questões menores".

Oliveira não poupa elogios à actuação "determinante" do Procurador Regional da República, José Carlos Correia, que conseguiu resolver, a contenda. "Foi impossível sentar à mesa com os Alinho. O Procurador é que foi ouvindo as duas partes e chegámos até ao ponto em que a Turim suspendeu os cortes, mediante o pagamento das dívidas reclamadas, sem embargo dos processos crimes cruzados e cível", enfatiza.

clui com um: "Temos advogados".

Já o Director Técnico do Aldeamento, Vladimir Fonseca, à cautela, recusa falar de grupos, o que seria admitir "que tratamos uns clientes diferente dos outros". De acordo com Fonseca, a Turim SA está sempre disposta a resolver qualquer desentendimento, na base do diálogo, com quem quer que seja. E mesmo admitindo que esta situação toda possa ter abalado um pouco a imagem da Turim, Fonseca acha que não é nada que não se possa resolver.

KS

